



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/SR/PF/SE

Decisão nº 18907987/2021-CPL/SELOG/SR/PF/SE

Assunto: **Recurso Administrativo**

**PREGÃO ELETRÔNICO:** 02/2021-SR/PF/SE

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada no serviço de monitoramento e rastreamento veicular.

**EMPRESA RECORRENTE:** SIGA EM PAZ - CENTRAL DE RASTREAMENTO LTDA,  
CNPJ: 16.619.677/0001-42

**EMPRESA RECORRIDA:** VISION NET LTDA, CNPJ: 13.134.811/0001-27

## DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

1. Trata-se do Pregão Eletrônico nº 02/2021, que tem por objeto a escolha de empresa especializada na prestação de serviço de monitoramento e rastreamento veicular, a serem prestados a Superintendência Regional de Polícia Federal em Sergipe e em unidades participantes, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.2. Após aceitação da proposta da empresa VISION NET LTDA, a empresa SIGA EM PAZ apresentou intenção de recorrer contra a decisão da Pregoeira, que habilitou a empresa VISION NET LTDA.

### I - DAS PRELIMINARES

3. Em sede de admissibilidade, foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, interesse processual, fundamentação, pedido de provimento ao recurso e tempestividade, conforme comprovam documentos acostados ao Processo em tela.

### II – DOS FATOS

4. O presente certame contou com 3 itens, com custo estimado anual de R\$ 437.486,40 (quatrocentos e trinta e sete mil, quatrocentos e oitenta e seis reais, e quarenta centavos). Participaram da licitação 7 empresas. Após análise inicial das propostas cadastradas previamente pelas licitantes, foi aberta a fase de lances a qual finalizou com o menor lance unitário de R\$ 24,00 (vinte e quatro reais).

5. Feita a análise da proposta de técnica pelo setor técnico (SEI 18780352 e 18780372) e da documentação de habilitação, realizada pelo pregoeiro, entendeu-se por aceitar a proposta e habilitação da empresa VISION NET LTDA, por apresentar inicialmente o melhor preço e cumprir as exigências do edital.

6. Ato seguinte, procedeu-se á abertura de prazo de 30 minutos para que empresas interessadas pudessem apresentar intenção de recorrer, situação em que a empresa SIGA EM PAZ - CENTRAL DE RASTREAMENTO LTDA manifestou seu intento.

7. Em consequência, foram abertos os prazos para apresentação das razões, contrarrazões e decisão da seguinte forma:

- a) Data limite para registro de recurso: 20/05/2021.
  - b) Data limite para registro de contrarrazão: 25/05/2021.
  - c) Data limite para registro de decisão: 01/06/2021.
8. As peças recursais das licitantes foram recebidas tempestivamente no sistema compras governamentais.

### **III – DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE**

9. Em resumo, no recurso apresentado pela empresa SIGA EM PAZ foram elencados os seguintes pontos:
- a) Rege o item 8.5.4 e 8.8 do Edital que valores abaixo de 30% dos custos estimados seriam tidos como suspeitos ou mesmo inexeqüíveis.
  - b) No mercado atual para atender aos requisitos do Termo de Referência, adquirindo os insumos no mercado legal é impossível comprar um aparelho rastreador com a capacidade exigida; um chip de dados; instalar em um veículo; realizar 15 (quinze) horas de treinamento em cada localidade; colocar uma equipe na central de rastreamento para atendimento 24h; alocar um servidor para armazenamento anual de dados em redundância; disponibilizar acesso via HTTPS; aplicativos para Android e IOS e cobrar apenas R\$ 24,00 (vinte e quatro reais) por mês, ou seja R\$ 0,80 (oitenta centavos) por dia e ainda assim obter lucro (objetivo natural das empresas).
  - c) O equipamento apresentado pela empresa classificada, ST310U segundo sua ficha técnica suporta apenas 1000 posições de armazenamento interno, tempo insuficiente para atender as 1.440 de capacidade previstos nos Itens 6.7.24.; 6.9 e seus subitens, 6.9.1 e 6.9.2. especificados no edital.

### **IV – DO PEDIDO DA RECORRENTE**

10. A licitante requer que seja aplicado as medidas legais cabíveis para sanar, ainda na fase administrativa, estas incongruências flagrantemente visíveis, aplicando as regras previstas no Objeto Convocatório.

### **V – DAS ALEGAÇÕES EM SEDE DE CONTRARRAZÕES**

11. Resumidamente, a empresa recorrida sustenta os seguintes pontos diante das alegações da recorrente:
- a). Alega que não houve descumprimento do item 6.9.2 do Termo de Referência, o qual especifica que, caso haja suspensão do sinal de GPRS, o sistema deve armazenar os dados de posicionamento por, no mínimo, 05 (cinco) dias, e, assim que o sinal GPRS for restabelecido, enviá-los a Central de Monitoramento.
  - b) Alega que pelo previsto no item 6.7.24 do instrumento convocatório o intervalo de envio de posição não poderá, apenas e tão somente, ser inferior a 60s (sessenta segundos);
  - c) Defende que, referindo-se a lapso temporal mínimo, a norma contida no item 6.7.24 do instrumento convocatório admite, consequentemente, que as posições sejam enviadas com intervalo superior a 60s (sessenta segundos), como consequência, tem-se que o encaminhamento das informações a cada 08min (oito minutos), exemplificativamente, seria – como é – plenamente compatível com o instrumento convocatório;
  - d) Afirma que o padrão em todos os equipamentos de rastreamento parametriza um intervalo de transmissão para o veículo em movimento e outro, com maior extensão, para o veículo com ignição desligada, como, por exemplo, a cada 24h (vinte e quatro horas), eis que as coordenadas da posição do veículo desligado são as mesmas, inexistindo razão para o rastreador transmitir sua posição em pequenos intervalos de tempo;
  - e) Argumenta que a análise que a parte contrária traz à colação não levou em consideração o fato de que o veículo será desligado, por várias vezes, no período de 05 (cinco) dias, de modo que a quantidade de transmissão exigida será bastante inferior a suscitada por ela, recorrente; e
  - f) o intervalo de transmissão em movimento e com ignição desligada pode ser reprogramado a qualquer momento pelo contratante, através da utilização do software de monitoramento/rastreamento, permitindo,

assim, que o contratante defina – per si - o melhor intervalo de transmissão para cada veículo da sua própria operação.

12. Quantos as alegações de descumprimento do itens 8.5.4 e 8.8 do Edital, alega a recorrida que impõe-se rechaçar a alegação de que a proposta da seria inexecutável, porquanto:

a) a recorrente procura fundamentar sua alegação em seus próprios custos operacionais, com o objeto de definir o padrão de custos das demais licitantes em atendimento ao objeto contratual, sem apresentar, contudo, nenhum dado concreto; e

b) a ora recorrida não arcará com uma série de custos suscitados pela recorrente, porquanto já possui toda a infraestrutura implantada – hardware, software e suporte –, de modo que nenhuma das despesas decorrentes da implantação noticiada pela recorrente impactarão a execução do objeto licitado pela ora recorrida.

13. Ora, como se sabe, só são consideradas propostas inexecutáveis aquelas que “não se revelam capazes de possibilitar a alguém uma retribuição financeira mínima (ou compatível) em relação aos encargos que terá de assumir contratualmente”.

14. As alegações da recorrente estão, como é evidente, na contramão da orientação emanada do TCU, especialmente em razão da desclassificação dela, recorrente, representar a concretização do princípio da economicidade em benefício dos cofres públicos.

## **VI – DO PEDIDO DA RECORRIDA**

15. A empresa VISION NET LTDA requer que seja negado o provimento ao recurso administrativo ora respondido, mantendo-se, consequentemente, incólume a decisão administrativa que declarou a ora recorrida vencedora do procedimento licitatório.

## **VII – DA ANÁLISE**

16. De posse das informações contidas nas peças apresentadas pelas licitantes passa-se à análise dos fatos:

17. Quanto à análise de inexecutabilidade de preços, verifica-se que através do item 8.6. do edital será considerada como inexecutável aquele preço ou o menor lance que:

8.6.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.6.2. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

8.8. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexecutabilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e executabilidade da proposta.

18. Observa-se que a recomendação expressa no edital, quando houver indícios de inexecutabilidade de preços, é a realização de diligências para aferir a sua executabilidade. Uma vez que na pesquisa de mercado realizada pelo órgão na fase de planejamento da licitação foi obtida proposta de preço inferior ao lance vencedor R\$ 24,00, conclui-se que afastar o menor preço baseando-se na inexecutabilidade não encontra respaldo no instrumento convocatório. A exemplo de preços praticados na administração pública, citamos:

a) Fornecedor ONO TECNOLOGIA, CNPJ: 23.131.342/0001-46, que ofertou preço unitário de R\$ 23,50 ao Órgão Gerenciador do certame.

b) Pregão: 026/2019, UASG, 926748 da Prefeitura Municipal de Goiânia/GO, cujo objeto é a contratação de serviços de rastreamento veicular, que ofertou preço unitário de R\$ 23,50, item 1.

c) Pregão: 02/2020, UASG, 160109, 4ª Companhia de Comunicações Leve, cujo objeto é a contratação de serviços de rastreamento veicular, que ofertou preço unitário de R\$ 9.44, item 19.

d) Pregão: 16/2020, UASG, 988841, Prefeitura Municipal de Santa Maria/RS, cujo objeto é a contratação de serviços de rastreamento veicular, que ofertou preço unitário de R\$ 33,67, item 1.

19. Ademais, enfatiza-se que em chat, foi procedido com a negociação de preço, que evolui para sugestão de desconto no preço ofertado, proposto pelo pregoeiro ao licitante. No desenlace da negociação o licitante informou que os valor de R\$ 24,00 (vinte e quatro reais) era o menor valor que poderia suportar. Obviamente, apenas um valor inferior a R\$ 24,00 (vinte e quatro reais) seria inexecutável para o licitante. Por fim, a apresentação de preço final inferior a 30% da média de preços ofertados também não configura uma inexecutabilidade de preço, tendo em vista que a média de preços ofertados nos últimos lances está na casa de R\$ 41,75 (quarenta e um reais e setenta e cinco centavos) e considerando os 6 últimos lances, portanto 30% deste valor equivale a R\$ 12,52, assim dizendo, somente um valor abaixo de R\$ 12,52 (doze reais e cinquenta e dois centavos) poderia caracterizar uma possível inexecutabilidade de preço, pela regra imposta no item 8.8, necessitando ainda de diligência.

20. Sobre alegação de que o equipamento apresentado pela empresa classificada, ST310U segundo sua ficha técnica suporta apenas 1000 posições de armazenamento interno, tempo insuficiente para atender ao mínimo requerido no edital, que seria de 1.440 posições, segundo a empresa recorrente, infringindo portanto aos Itens 6.7.24.; 6.9 e seus subitens, 6.9.1 e 6.9.2, do anexo I do Edital, transcrito abaixo para melhor análise :

6.7.24. Intervalo mínimo de envio de posições por veículo a cada 60s (sessenta) segundos;

6.9. O aplicativo de controle de mensagens (software que fará o controle da comunicação), instalado nos equipamentos embarcados de comunicação veicular, deverá gerenciar o envio da seguinte forma:

6.9.1. Situação 1: Envio da mensagem via GPRS, quando o sinal da rede estiver disponível;

6.9.2. Situação 2: Caso não haja sinal GPRS, o sistema deve armazenar os dados de posicionamento, por pelo menos 5 (cinco) dias, e enviá-los à Central assim que o sinal GPRS for reestabelecido.

21. Após reanálise da proposta apresentada, das razões e contrarrazões, e sobretudo do teor do edital, o setor técnico revela que o intervalo de atualização necessário a atender as exigências seria em modo de funcionamento normal, ou seja na presença de sinal GPRS. Na situação 2 do item 6.9.2 foi exigido, e encontra-se muito aclarado no anexo I do edital, o registro apenas da movimentação nos últimos 5 dias, mas não foi exigido a posição da viatura a cada 60s (sessenta) segundos, nem se poderia exigir, uma vez que o modo de funcionamento dos equipamentos existentes no mercado variam bastante, inclusive deve ser considerado que a viatura poderá ficar desligada, parada em um mesmo lugar por vários dias, ou em oficinas, inclusive no histórico de tráfego dos veículos da SR/SE não há ocorrência de veículos em movimentação por 24 horas de forma ininterrupta.

22. Atentamos para o fato de que o edital não fixou monitoramento por 24 horas, deste modo a exigência em si de intervalo de 60s (sessenta) segundos de envio de posição, por pelo menos 5 dias, não se traduz na obrigatoriedade de monitoramento por 24 horas, desta forma, a argumentação de capacidade de memória para de 1.440 posições diária somente seria aceitável se o edital assim o fixasse como limite diário.

23. Da inspeção realizada, não encontra amparo no instrumento convocatório a recusa da proposta de preço em face do descumprimento dos itens 8.5.4 e 8.8 do Edital, uma vez que o preço ofertado pela empresa é executável e dentro do praticado pelo mercado, como também, não cabe recusa da proposta pelo suposto descumprimento do item 6.7.24, pois o item apenas estabeleceu o intervalo mínimo, que não poderá ser inferior a 60s (sessenta) segundos. Quanto aos itens 6.9 com seus respectivos subitens, 6.9.1. e 6.9.2. uma vez que não há previsão editalícia de acontecer monitoramento a cada 60s (sessenta) segundos ou de forma ininterrupta por 24 horas, ou ainda com capacidade de armazenamento diário de 1.440 posições, não há motivação para recusar a proposta.

## VIII – DA DECISÃO

24. Diante de todo o exposto, **RECEBO A PEÇA RECURSAL** interposta pela empresa **SIGA EM PAZ**. Pela análise acostada a este documento **INDEFIRO** o presente recurso para manter a decisão quanto à habilitação da empresa **VISION NET LTDA**.

**DAILZA VENTURA DOS SANTOS**  
Pregoeira

Aracaju, 01 de junho de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **DAILZA VENTURA DOS SANTOS, Pregoeiro(a)**, em 01/06/2021, às 15:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **18907987** e o código CRC **8360BD6D**.

Referência: Processo nº 08520.000579/2020-03

SEI nº 18907987